

COCAL Termoelétrica S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de março
de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
COCAL Termoelétrica S.A.**
Paraguaçu Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COCAL Termoelétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COCAL Termoelétrica S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

COCAL Termoeletrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023	Passivo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.337	5.192	Fornecedores	12	457	197
Contas a receber de clientes e outros recebiveis	9	258	1.690	Passivo de arrendamento	13	-	175
Estoques	10	866	436	Salários e férias a pagar	14	658	577
Impostos a recuperar		38	38	Impostos e contribuições a recolher	15	110	265
Ativo fiscal corrente	16	<u>68</u>	<u>-</u>	Passivo fiscal corrente	16	48	107
Total do ativo circulante		<u>4.567</u>	<u>7.356</u>	Dividendos a pagar	19.a	2.322	1.438
				Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>22</u>
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>3.595</u>	<u>2.781</u>
Depósitos judiciais	17	<u>-</u>	<u>62</u>				
		<u>-</u>	<u>62</u>	Patrimônio líquido	19		
				Capital social		100	100
Direito de uso	11	-	156	Reservas		385	385
Imobilizado		<u>6</u>	<u>6</u>	Dividendos adicionais propostos		<u>493</u>	<u>4.314</u>
		<u>6</u>	<u>162</u>	Total do patrimonio liquido		<u>978</u>	<u>4.799</u>
Total do ativo não circulante		<u>6</u>	<u>224</u>				
				Total do passivo		<u>3.595</u>	<u>2.781</u>
Total do ativo		<u>4.573</u>	<u>7.580</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.573</u>	<u>7.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COCAL Termoeletrica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita operacional líquida	20	10.296	15.577
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(6.535)</u>	<u>(7.346)</u>
Lucro bruto		<u>3.761</u>	<u>8.231</u>
Vendas	21	(891)	(1.025)
Administrativas e gerais	21	(679)	(868)
Perdas por redução ao valor recuperavel de contas a receber	24.d	(918)	-
Outras receitas	22	236	-
Outras despesas	22	<u>(807)</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>702</u>	<u>6.336</u>
Receitas financeiras	23	544	571
Despesas financeiras	23	<u>(49)</u>	<u>(400)</u>
Financeiras líquidas		<u>495</u>	<u>171</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.197</u>	<u>6.507</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	<u>(539)</u>	<u>(755)</u>
Resultado do exercício		<u><u>658</u></u>	<u><u>5.752</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COCAL Termoeletrica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Resultado do exercício	<u>658</u>	<u>5.752</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>658</u></u>	<u><u>5.752</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COCAL Termoeletrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reservas		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Lucros			
Saldo em 31 de março de 2022		100	60	325	7.858	-	8.343
Distribuição de dividendos	19.a	-	-	-	(7.858)	-	(7.858)
Resultado do exercício		-	-	-	-	5.752	5.752
Destinações							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.438)	(1.438)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	4.314	(4.314)	-
Saldo em 31 de março de 2023		100	60	325	4.314	-	4.799
Distribuição de dividendos	19.a	-	-	-	(4.314)	-	(4.314)
Resultado do exercício		-	-	-	-	658	658
Destinações							
Dividendos mínimos obrigatórios	19.a	-	-	-	-	(165)	(165)
Dividendos adicionais propostos	19.a	-	-	-	493	(493)	-
Saldo em 31 de março de 2024		100	60	325	493	-	978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COCAL Termoeletrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		658	5.752
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	539	755
Amortização do direito de uso CPC 06	21	148	224
Valor presente dos passivos de arrendamento	13	5	18
Amortização de entressafra	10	436	450
Provisão para perdas de crédito esperadas	24.d	918	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		514	1.524
Ativos fiscais correntes		(68)	22
Impostos a recuperar		-	(38)
Estoques		(858)	(429)
Depósitos judiciais		62	-
Fornecedores		260	135
Salários e férias a pagar		81	(23)
Impostos e contribuições a recolher		(155)	117
Outras contas a pagar		(22)	(4.807)
Juros pagos em Passivos de Arrendamento	13	(60)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	(598)	(666)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.860</u>	<u>3.014</u>
Fluxo de caixa de atividade de financiamentos			
Dividendos pagos	19.a	(3.595)	(10.478)
Pagamento de passivos de arrendamento	13	(120)	(220)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(3.715)</u>	<u>(10.698)</u>
Demonstração do redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.855)</u>	<u>(7.684)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		5.192	12.876
No fim do exercício		<u>3.337</u>	<u>5.192</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.855)</u>	<u>(7.684)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A COCAL Termoelétrica S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil, localizada no Parque Industrial Dr. Camilo Calazans de Magalhães, no município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. Tem como atividade preponderante a geração e a comercialização de energia elétrica para terceiros a partir das instalações termoelétricas através de arrendamento operacional com a controladora.

A Companhia é uma controlada da Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool S.A. da qual utiliza bens através de arrendamento para produção de energia elétrica. O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26. 2) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota nº 6 – Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.d, 10 e 12** – Taxa de desconto sobre a mensuração do direito de uso e passivos de arrendamentos (CPC 06);
- **Nota explicativa nº 6.f** – Definição da vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para demandas judiciais – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 24.d** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de energia elétrica

A Companhia segue a estrutura conceitual do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Tipo de produto / serviço	Natureza, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Energia elétrica	A produção de energia elétrica ocorre mediante processamento de bagaço de cana, adquirido da sua Controladora, resultante do processamento da cana-de-açúcar. A energia elétrica é disponibilizada para a concessionária de energia elétrica. As faturas são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.	A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros passivos e juros sobre passivos de arrendamentos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando taxa nominal em 31 de março de 2023 e 2022, que corresponde a aproximadamente 6,40% a.a.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

e. Imposto de renda e contribuição social

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos dentro de outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de computação	18%
----------------------------	-----

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA - instrumento de dívida, ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

i. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo

financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (1º de abril de 2024 para a Companhia). A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26)

As alterações de 2020 visam esclarecer os requisitos para se determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de abril de 2023.

Porém, posteriormente, o IASB propôs novas alterações e o adiamento da vigência para exercícios que se iniciam em ou após 1º de abril de 2024.

Desta forma, a Companhia não pode determinar o impacto destas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixas e bancos	578	136
Aplicações financeiras	2.759	5.056
	3.337	5.192

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Debêntures, indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação percentual de 99% (98% a 103% em 31 de março de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	31/03/2024	31/03/2023
Clientes	918	1.148
Partes relacionadas - Cocal Com. Ind. Canaã	258	542
Provisão para perdas de crédito esperadas	(918)	-
	258	1.690

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

Contas a receber:		
a vencer	31/03/2024	31/03/2023
até 30 dias	357	507
	<u>357</u>	<u>507</u>
Vencidos		
até 30 dias	-	423
31 a 60 dias	23	338
61 a 90 dias	10	338
90 dias em diante	912	84
	<u>945</u>	<u>1.183</u>
	<u>1.176</u>	<u>1.690</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos Financeiros.

10 Estoques

	31/03/2024	31/03/2023
Manutenção de entressafra	866	436
	<u>866</u>	<u>436</u>

Abaixo demonstramos as movimentações do saldo de manutenção de entressafra:

Saldo em 31/03/2022	450
Adições	436
Baixas	(450)
Saldo em 31/03/2023	436
Adições	866
Baixas	(436)
Saldo em 31/03/2024	866

O saldo de manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na revisão e manutenção dos equipamentos industriais, que são acumulados durante o exercício de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Direito de uso

	Maquinas e equipamentos
Custo ou avaliação	
Em 31 de março de 2022	<u>985</u>
Em 31 de março de 2023	<u>985</u>
Em 31 de março de 2024	<u>985</u>
Amortização	
Em 31 de março de 2022	<u>(605)</u>
Amortização no exercício	<u>(224)</u>
Em 31 de março de 2023	(829)
Amortização no exercício	<u>(156)</u>
Em 31 de março de 2024	<u>(985)</u>
Valor residual líquido em 31 de março de 2023	156
Valor residual líquido em 31 de março de 2024	-

12 Fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de bens e serviços	337	129
Fornecedores - partes relacionadas	<u>120</u>	<u>68</u>
	<u>457</u>	<u>197</u>

13 Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos no exercício findo em 31 março de 2024 é como segue:

	Maquinas e equipamentos
Em 31 de março de 2022	397
(-) Pagamentos	(220)
(-) Juros Pagos	(20)
Juros	18
Em 31 de março de 2023	175
Circulante	175
Não circulante	-
	175
(-) Pagamentos	(120)
(-) Juros Pagos	(60)
Juros	5
Em 31 de março de 2024	-

14 Salários e férias a pagar

	31/01/2024	31/03/2023
Salários e férias a pagar	122	199
Participação nos resultados.	289	111
Provisões de férias e 13º salário	247	267
	658	577

15 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2024	31/03/2023
PIS – Programa de integração Social e COFINS – Contribuição para financiamento da seguridade social	2	32
ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços	-	69
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	55	97
FGTS - Fundo de garantia do tempo de serviço	2	22
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	20	28
ISS	1	1
Outros	30	16
	110	265

16 Ativo e passivo fiscal corrente

a. Ativo fiscal corrente

Abaixo estão demonstrados os saldos de impostos correntes em 31 de março de 2024:

	31/03/2024	31/03/2023
IRRF - imposto de renda retido na fonte	68	-

b. Passivo fiscal corrente

Em 31 março de 2024 e 2023 a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social passivos sobre os seguintes valores-base:

	31/03/2023			31/03/2024			
	Saldo em março de 2022	Reconhecidos no resultado	Pagamentos efetuados	Saldo em março de 2023	Reconhecidos no resultado	Pagamentos efetuados	Saldo em março de 2024
Passivo circulante							
IRPJ e CSLL a pagar	18	755	(666)	107	539	(598)	48

	31/03/2024			31/03/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Venda de energia elétrica	10.506	10.506		13.189	13.189	
Outras	237	237		3.079	3.079	
	10.743	10.743		16.268	16.268	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	859	1.289		1.301	1.952	
(+) Outras receitas/ (-) Devoluções	590	675		723	820	
Base de cálculo do imposto	1.449	1.964		2.024	2.772	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(362)	(177)	(539)	(506)	(249)	(755)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(362)	(177)	(539)	(506)	(249)	(755)

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e possui depósitos judiciais que garantem a totalidades dos processos em que a mesma está envolvida. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Depósitos judiciais	
	31/03/2024	31/03/2023
Trabalhistas	-	62
	-	62

Contingências passivas não provisionadas

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, não existem contingências passivas cuja classificação de risco seja avaliada como possível (idêntico em 31 de março de 2023), portanto, nenhuma provisão é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

18 Partes relacionadas

a. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, plano de saúde, alimentação e transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos a Participação de Metas no Resultado (PMR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivo de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Participação nos resultados	319	111
Outros	21	21
	340	132

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico em condições definidas entre as partes.

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber de clientes						
Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	258	542	-	-	6.557	12.130
Dividendos a pagar						
Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	-	-	(2.322)	(1.438)	-	-
Fornecedores:						
Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	-	-	(120)	(68)	(2.102)	(1.906)
	258	542	(2.442)	(1.506)	4.455	10.224

Valores Ativos

Correspondem a venda de energia elétrica e vapor para a controladora.

Valores Passivo

Corresponde aos valores de compras de insumos para cogeração de energia e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Valores resultados

Corresponde à compra de insumos para a cogeração de energia elétrica e a venda de produtos para a controladora.

19 Patrimônio líquido

Capital

O capital social da Companhia é de R\$ 100 (idêntico em 31 de março de 2023), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100.000 ações ordinárias e nominativas.

Em 19 de janeiro de 2024 a Companhia registrou a transferência de 100% das ações pertencentes à Cocal Comercio Industria Canaã Açucar e Álcool S.A., para a Companhia Cocal Participações S.A, cedidas e transferidas à nova sócia, de forma não onerosa, retirando-se da sociedade conforme AGE registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão de 31 de janeiro de 2024, sob o número 0.134.766/24-6.

As ações pertencem aos seguintes quotistas:

	31/03/2024		31/03/2023	
	Ações	%	Ações	%
Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	-	-	90.000	90,00
Cocal Termoeletrica S.A. (Ações em tesouraria)	-	-	10.000	10,00
Cocal Participações S.A.	100.000	100	-	-
	100.000	100	100.000	100

Reservas

- **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Na safra não houve a constituição decorrente do atingimento do limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros** - Constituída nos termos do art. 199 da Lei nº.6404/76 em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal. É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral. Em 31 de março de 2024, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital e, portanto, estão à disposição dos acionistas.

a. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar em reunião de acionistas a respeito da distribuição dos dividendos. Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras anuais.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 10.478, referente a totalidade do resultado apurado em 31 de março de 2022, sendo R\$ 2.620 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 7.858 referente a dividendos adicionais propostos e aprovados em assembleia de acionistas e registrado em ata de assembleia geral ordinária realizada em 11 de maio de 2022, e registrada na JUCESP em sessão de 06 de junho de 2022 sob o número 288.821/22-1.

No exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia autorizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 5.752, referente a totalidade do resultado apurado em 31 de março de 2023, sendo R\$ 1.438 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 4.314 referente a dividendos adicionais propostos e aprovados em assembleia de acionistas e registrado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2023, e registrada na JUCESP em sessão de 25 de setembro de 2023 sob o número 384.640/23-0.

Abaixo demonstramos a destinação dos resultados e dos dividendos a pagar:

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido	658	5.752
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	165	1.438
Dividendos adicionais propostos	493	4.314
Dividendos a pagar		
Saldo em 31/03/2023	1.438	
Dividendos adicionais	4.314	
Pagamentos efetuados	(3.595)	
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	165	
Saldo em 31/03/2024	2.322	

20 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Venda de produtos no Mercado Interno		
Energia elétrica	10.506	13.189
Outras	237	3.079
	10.743	16.268

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2024	31/03/2023
Receita bruta (i)	10.743	16.268
Menos:		
Impostos sobre vendas	(447)	(691)
	10.296	15.577

Receita de energia por tipo de contrato:

	31/03/2024			31/03/2023		
	MGWh	Valor médio	Total	MGWh	Valor médio	Total
CCEAR (ii)	50.576	82	4.170	1.844	82	1.059
Partes relacionadas	34.803	182	6.320	48.520	250	12.130
	85.573	123	10.506	61.364	332	13.189

(i) Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

Os contratos de venda de energia elétrica têm as seguintes características:

Tipo	Energia Contratada (MWh)	Preço Contratado (MWh)	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
CCEE	50.954,42	82,45	IPCA	De acordo com o "aniversário" de cada um dos 60 contratos ao longo do ano

21 Custos e despesas por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Insumo	(3.320)	(4.163)
Despesas com pessoal	(2.863)	(2.544)
Energia elétrica	-	(187)
Amortização do direito de uso – CPC 06	(148)	(170)
Serviços de terceiros.	(929)	(1.169)
Depreciação e amortização	(437)	(450)
Rateio de despesas <i>intercompany</i> (i)	(239)	(424)
Outras despesas.	(169)	(132)
	(8.105)	(9.239)
 Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos	(6.535)	(7.346)
Vendas	(891)	(1.025)
Administrativas e gerais	(679)	(868)
	(8.105)	(9.239)

O rateio de despesas intercompany refere-se à transferência de despesas suportadas pela controladora principalmente com a manutenção de setores de pessoal de apoio administrativo.

22 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas		
Receitas diversas	18	-
Outras receitas	218	-
	236	-
 Outras despesas		
Outras despesas	(807)	(2)
	(807)	(2)

23 Resultado financeiro líquido

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas Financeira:		
Rendimentos com aplicações financeiras	544	571
	544	571
 Despesas financeiras:		
Juros passivos	(21)	(382)
Multas de mora	(22)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(5)	(18)
Outras despesas financeiras	(1)	-
	(49)	(400)
 Financeiras líquidas	495	171

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir.

<u>31 de março de 2024</u>	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras	2.759	-	2.759	2.759	2.759
Total	2.759	-	2.759	2.759	2.759

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo

Caixas e Equivalentes	-	578	578	-	-
Contas a receber de clientes	-	258	258	-	-
Total	-	836	836	-	-

<u>31 de março de 2024</u>	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Fornecedores	-	457	457	-	-
Dividendos a pagar	-	2.322	2.322	-	-
Total	-	2.779	2.779	-	-

<u>31 de março de 2023</u>	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras	5.056	-	5.056	5.056	5.056
Total	5.056	-	5.056	5.056	5.056

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo

Caixas e Equivalentes	-	136	136	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.690	1.690	-	-
Total	-	1.826	1.826	-	-

<u>31 de março de 2023</u>	<u>Valor contábil</u>			<u>Valor justo</u>	
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Fornecedores	-	197	197	-	-
Passivo de arrendamentos	-	175	175	-	-
Dividendos a pagar	-	1.438	1.438	-	-
Outras contas a pagar	-	22	22	-	-
Total	-	1.832	1.832	-	-

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e passivo de arrendamento possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias condensadas foi:

	Contra parte	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	Bancos diversos	578	136
Aplicação financeira	Bancos diversos	2.759	5.056
Contas a receber de clientes	Diversos	258	1.690
		<u>3.595</u>	<u>6.882</u>

Perdas por redução no valor recuperável

	31/03/2024	31/03/2023
Provisão para perda de créditos esperadas	(918)	-
	<u>(918)</u>	<u>-</u>

A Companhia utiliza a estimativa de perdas esperadas para a constituição dessa provisão e com base na análise de riscos de crédito dos clientes os títulos de contas a receber são classificados em um *rating* que estabelece o percentual a ser provisionado, partindo de 3% para títulos vencidos a partir de 31 dias até 100% para títulos vencidos há mais de 180 dias. Em 31 de março de 2024, a análise efetuada pela Companhia resultou em provisão para perdas no montante de R\$ 918 (zero em 31 de março de 2023)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Companhia, que assume uma abordagem na administração de liquidez garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	457	197
Passivo de arrendamento	-	175
Dividendos a pagar	2.322	1.438
Outras contas a pagar	-	22
	<u>2.779</u>	<u>1.832</u>

A seguir estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de março de 2024	Valor contábil	Valor Contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	61 a 119 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	457	457	457	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	2.322	2.322	2.322	-	-	-	-	-
31 de março de 2023	Valor contábil	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	61 a 119 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	197	197	197	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamentos	175	175	175	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	1.438	1.438	1.438	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	22	22	22	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	2.759	5.056

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações de taxas de juros que a Companhia está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de março de 2024.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação da taxa de juros no resultado financeiro:

31 de março de 2024	Atual		Cenário I		Cenário II		Cenário III								
	Taxa		Incremento Taxa	Deterioração Taxa	Incremento Taxa	Deterioração Taxa	Incremento Taxa	Deterioração Taxa							
		CDI	10%	-10%	25%	-25%	50%	-50%							
Aplicações Financeiras															
Aplicações Financeiras	2.759	10,65%	294	11,72%	323	9,59%	265	13,31%	367	7,99%	220	15,98%	441	5,33%	147
Efeito Líquido	<u>2.759</u>		<u>294</u>		<u>323</u>		<u>265</u>		<u>367</u>		<u>220</u>		<u>441</u>		<u>147</u>

As operações estão atreladas a variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das informações contábeis intermediárias condensadas para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas.

Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Documentação de controles e procedimentos;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Acompanhamento mensal do Budget; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Total do passivo	3.595	2.781
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.337)</u>	<u>(5.192)</u>
(=) Passivo líquido (A)	<u>258</u>	<u>(2.411)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	978	4.799
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	0,26	(0,50)

* * *

Composição da Administração

Diretoria

Carlos Ubiratan Garms

Marcos Fernando Garms

Sócios Administradores

Luiz Gustavo Scartezini Rodrigues

Diretor Superintendente

Ailton Leite dos Santos

Diretor Adm. Financeiro

Carlos Alberto Moreira

CRC 1SP 255256

Contador